

IC - Inquérito Civil n. 06.2019.00000326-0

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 83, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 197/2000; e

R.M. PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA, ora **COMPROMISSÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 06.111972/0001-30, com sede na Av. Sete de Setembro, 2030, Centro, Itajaí/SC, neste ato representada por seu sócio proprietário Marco Antonio Schroeder, inscrito no CPF sob n. 002659349-15, residente e domiciliado na Avenida Atlântica n. 1100, apartamento n. 801, firmam o presente:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece no artigo 127, *caput*, que o "Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, disciplinada pela Lei Complementar n. 197/00, estabeleceu no artigo 82, inciso XII, ser função institucional do Ministério Público a promoção das ações para

defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 83, I, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que o art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e as futuras gerações;

CONSIDERANDO que meio ambiente é *"o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga, e rege a vida em todas as suas formas"* (Lei n. 6.938/81, art. 3º, inciso I), e que poluição é *"a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos"* (inciso III);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 170, inciso VI, da Constituição Federal, *"A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] defesa do meio ambiente [...];"*

CONSIDERANDO que poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei n. 6.938/81);

CONSIDERANDO que degradação da qualidade ambiental é a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causadas pôr qualquer forma de energia ou de substâncias sólidas, líquidas e gasosas, ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes, em níveis capazes de, direta ou indiretamente, prejudicar a saúde e o bem-estar da população, conforme dispõe o art. 2º, II, 'a', da Lei Estadual n. 5.793/1980;

CONSIDERANDO que a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade, segundo preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde¹;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

CONSIDERANDO que a Resolução CONAMA n. 335/2003 dispõe sobre o necessário processo de licenciamento para operação de cemitérios horizontais e verticais, e traz uma série de critérios a serem observados a fim de resguardar o meio ambiente e a saúde pública;

CONSIDERANDO que a inobservância das disposições contidas na referida resolução e a operação sem o devido controle ambiental, por meio do licenciamento, podem ocasionar graves danos ao meio ambiente e à saúde pública, como, por exemplo, a contaminação do solo e do lençol freático com necrochorume;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por meio do encaminhamento do Auto de Infração n. 10813-D, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente, a notícia de que o cemitério denominado Parque Bosque das Palmeiras operou suas atividades sem o competente licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO que segundo consta no Relatório de Fiscalização n. 461/2018:

Em vistoria realizada na data de 27 de Junho de 2018 foi verificado que o empreendimento se encontrava operando sem a devida licença ambiental uma vez que a LAO 6046/2013 foi emitida em 19/07/2013, com validade de 48 meses, e o FCEI 469934 foi formalizado em 18/10/2017.

Ademais, com relação à operação do estabelecimento em conformidade com a LAO 6046/2013 e os protocolos encontrados no processo FATMA/10946/2017 e FATMA/385/2014, FATMA/26373/2014, FATMA/24839/2015, FATMA/8444/2016, FATMA/10946/2017 e FATMA/52034/2017 entende-se que: a. Os protocolos supracitados, além de uma análise de 2013 encontrada

¹Constituição da Organização Mundial de Saúde. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>

na folha 263 do processo físico, referem-se à análise de amostras de águas subterrâneas provenientes dos 04 poços do monitoramento das seguintes datas: 05/11/2013, 23/07/2014, 08/08/2014, 08/08/2014, 31/07/2015, 08/03/2016, 23/03/2017 e 21/11/2017. O item 2 do Tópico Condições Específicas da LAO 6046/2013 exige a apresentação semestral dos laudos. Já a página 8 da LAO, no item observação. Informa que há a necessidade de registro fotográfico das coletas acompanhado do laudo, sendo que esse não foi apresentado em nenhum protocolo. B. A LAO 6046/2013 solicita monitoramento também dos efluentes líquidos sanitários e das águas oriundas da drenagem pluvial, nos mesmo parâmetros das águas subterrâneas. Embora não esteja especificada na licença a periodicidade do monitoramento, nenhuma análise neste âmbito foi apresentada dentro dos protocolos supracitados. C. A LAO 6046/2013 informa a necessidade de apresentação anual de destinação final de resíduos da construção civil. Nenhuma documentação neste âmbito foi apresentada dentro dos protocolos supracitados. Em vistoria ficou evidenciado que a geração deste tipo de resíduos é baixa e, segundo colaboradora da empresa, muitas vezes é reutilizado no próprio terreno [...]

CONSIDERANDO que, posteriormente, o Instituto do Meio Ambiente informou, por meio da Informação Técnica n. 026/2019, que a empresa compromissária atendeu às normativas aplicáveis, o que ensejou a expedição da Licença Ambiental de Operação n. 10650/2018;

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA 1ª - A Compromissária, caso pretenda continuar com suas atividades, compromete-se a observar todas as condicionantes da Licença Ambiental n. 10650/2018, bem como todas as exigências apresentadas pelo órgão ambiental, necessárias ao resguardo do meio ambiente, principalmente no tocante àquelas que não foram cumpridas quando da validade da LAO 6046/2013, quais sejam, relatório de análises dos poços de monitoramento com registro fotográfico, relatório de monitoramento dos efluentes líquidos sanitários e das águas oriundas da drenagem pluvial e apresentação da destinação final de resíduos da construção civil.

CLÁUSULA 2ª - A compromissária como medida de compensação indenizatória pelo período de operação sem o competente licenciamento ambiental, obriga-se ao pagamento de 20 salários mínimos ao Fundo Estadual para

Reconstituição de Bens Lesados - FRBL - CNPJ: 76.276.849/0001-54, pagos mediante boleto bancário, em dez parcelas mensais e sucessivas de 2 salários mínimos, vencendo-se a primeira em 30 (trinta) dias a partir da assinatura do ajustamento de conduta.

CLÁUSULA 3ª - O descumprimento ou violação da Cláusula 1ª deste Termo de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa diária no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), ou seja, com a constatação positiva do descumprimento, e o descumprimento da cláusula 2ª no vencimento antecipado de toda a multa indenizatória, exigível com juros de 1% ao mês e correção monetária.

Parágrafo 1º: As multas dispostas serão recolhidas ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, CNPJ: 76.276.849/0001-54., disciplinado pelo Decreto 1.047/87, valor a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça.

Parágrafo 2º: A operação da atividade sem o competente licenciamento ambiental ensejará o imediato requerimento judicial, mediante execução do presente título, de suspensão das atividades até que efetivada a adequação da empresa.

CLÁUSULA 4ª: O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra a Compromissária, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

CLÁUSULA 5ª - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

CLÁUSULA 6ª - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 9 - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Itajaí, 25 de fevereiro de 2019

ALVARO PEREIRA OLIVEIRA MELO
Promotor de Justiça

R.M. Participações e Incorporações de Imóveis LTDA
Compromissária